

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2015

Relatório da Administração

A EMPRESA

A BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB Consórcios - é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), que tem por objeto principal a organização e administração de grupos de consórcio destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes.

ATUAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

A BB Consórcios consolida-se entre as maiores administradoras de consórcios do mercado e registrou, ao final do primeiro semestre de 2015, mais de 614 mil participantes ativos, ocupando a 3ª posição no ranking geral das administradoras de consórcio e a 2ª posição entre as administradoras vinculadas a instituições financeiras, conforme divulgado pelo Banco Central em junho de 2015 - dados de abril.

A carteira concentra 97,6% de sua composição nas modalidades de automóveis (93,5%), imóveis (2,9%) e veículos pesados (1,2%), resultado da estratégia comercial com foco nos segmentos de tickets mais elevados aderente à atuação dos demais bancos. Destaca-se para o segmento de automóveis, representado por 574 mil participantes ativos, posicionando-se como a 2ª maior administradora do mercado neste segmento.

Cabe ressaltar que a BB Consórcios é a única administradora ligada a instituição financeira que oferta todos os segmentos de produtos, abrangendo as modalidades de motocicletas, eletroeletrônicos e serviços, além das destacadas acima.

No primeiro semestre de 2015, foram comercializadas mais de 74 mil novas cotas de consórcio, que representaram R\$ 2,21 bilhões em volume de negócios.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

No primeiro semestre de 2015, na estratégia de ampliação de participação de mercado no segmento de automóveis, a BB Consórcios inaugurou um grupo com valor máximo das cartas de R\$ 139 mil, atendendo uma demanda do mercado por veículos de alto valor.

Além disso, lançou novo grupo de imóveis na faixa de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil, com prazo mais estendido de 180 meses, que atende a demanda para aquisição de imóveis residenciais e comerciais por pessoas físicas e jurídicas, e ainda pode ser utilizado para imóveis rurais, terrenos, reforma e construção.

No primeiro semestre 2015, a atuação por meio de parceiros tem reforçado a distribuição e venda dos produtos de consórcio, de forma complementar à rede de agências. Foram comercializados cerca de 7 mil operações que corresponde a R\$ 227 milhões.

INICIATIVAS SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS

A BB Consórcios lançou nova linha para aquisição de bens e serviços sustentáveis, agregando à estratégia lançada no ano anterior para aquisição de bens não poluentes. A iniciativa inédita no mercado de consórcios, além de permitir a compra de bicicletas e bicicletas elétricas, também possibilita a aquisição de bens e serviços de eficiência energética e reuso de água, tais como placas fotovoltaicas, filtros de água, bombas e luminárias solares. A nova linha tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país e permitir que famílias, empresas e propriedades rurais planejem a instalação de equipamentos que preservem os recursos naturais do país.

A iniciativa vem ao encontro da política específica de responsabilidade socioambiental aprovada pela BB Consórcios, cujo objetivo é orientar o comportamento da administradora e estimular a adoção e disseminação de princípios de atuação em bases social e ambientalmente responsáveis.

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

Em dezembro de 2014, última posição divulgada do ranking de reclamações do Bacen, considerando as administradoras de consórcios, a BB Consórcios figurou na 6ª posição do ranking, com apenas 3 reclamações reguladas precedentes. As ocorrências reocorridas via BB Atende foram respondidas dentro do prazo legal.

Desde o primeiro semestre de 2014 a BB Consórcios aderiu ao portal consumidor.gov.br, serviço público lançado pelo Governo Federal para solução alternativa de conflitos entre consumidores e empresas. Esta iniciativa encontra-se alinhada ao conglomerado Banco do Brasil S.A., para melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor. Neste canal, a administradora respondeu todas as ocorrências que lhe cabiam, no prazo médio de 3,1 dias, inferior ao limite de 10 dias estipulado pelo portal.

No âmbito interno do Banco do Brasil S.A., o Consórcio continua elencado na ação Solução Imediata (SIM), que permite a antecipação de valores questionados pelo cliente, antes de análise conclusiva, visando melhorar o atendimento e resolver as demandas no primeiro contato com o cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No primeiro semestre de 2015, as receitas com prestação de serviços atingiram o montante de R\$ 205,3 milhões, incremento de 7,39% em relação ao segundo semestre de 2014, e o lucro líquido chegou a R\$ 101,2 milhões.

No encerramento do semestre, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 167,5 milhões.

Demonstrações Contábeis

Em milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	30.06.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	326.297	313.887
Disponibilidades	(Nota 4) 120	104
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	288.369	292.720
Aplicações em operações compromissadas	(Nota 5.a) 288.369	292.720
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	9.392	10.450
Carteira própria	(Nota 6.a) 9.392	10.450
Outros Créditos	28.416	10.613
Créditos específicos	(Nota 7.a) 880	787
Diversos	(Nota 7.b) 27.536	9.826
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.865	16.877
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	17.865	16.877
Carteira própria	(Nota 6.a) 17.865	16.877
PERMANENTE	34	36
Imobilizado	34	36
Móveis e equipamentos de uso	40	40
(-) Depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso	(6)	(4)
TOTAL DO ATIVO	344.196	330.800

CENÁRIO ECONÔMICO - MERCADO CONSÓRCIOS

Nos cinco primeiros meses deste ano, conforme dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC), o mercado de consórcios movimentou R\$ 34,69 bilhões em volume de negócios.

Ainda segundo a ABAC, o número de vendas de novas cotas registradas foi de 974,6 mil, contribuindo para o aumento na quantidade de participantes ativos, que somou 6,43 milhões, equivalente ao crescimento de 8,6%, comparado aos 5,92 milhões de participantes verificados em maio de 2014. O número de contemplados de janeiro a maio elevou-se em 7% se comparado ao mesmo período do ano passado, atingindo no período 598,2 mil participantes e o total em crédito disponibilizado somou R\$ 17,05 bilhões.

Os números levantados pela ABAC mostram a evolução da atitude responsável do consumidor brasileiro em suas finanças pessoais, que ao reformular seu critério de tomada de decisão para aquisição de bens ou contratação de serviços, tem substituído o imediato impulso pelo planejamento financeiro com vistas à realização de seus sonhos de consumo e objetivos relacionados à construção ou ampliação de patrimônio pessoal familiar ou empresarial.

Para o semestre que se inicia, com a elevação dos juros para o financiamento e redução do percentual financiável, há uma expectativa de continuidade para o crescimento do mercado de consórcios, apoiado na conscientização do consumidor sobre educação financeira, ao realizar uma compra planejada visando adequar ao orçamento familiar o valor da prestação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Consórcios possui uma estrutura de governança corporativa formada pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros e assessorado pelo Comitê de Auditoria, e pela Diretoria Executiva, composta por três diretores estatutários. A BB Consórcios possui ainda um Conselho Fiscal composto por três membros titulares e três suplentes.

A Administradora adota as boas práticas de governança onde as decisões são tomadas de forma colegiada por meio de comitês e subcomitês que garantem maior agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

CAPITAL HUMANO

O quadro de colaboradores, no encerramento do semestre, era composto por 34 funcionários ativos e 3 diretores estatutários, todos cedidos pelo Banco do Brasil S.A.

A política de valorização dos profissionais adotada pela BB Consórcios contempla a oferta de oportunidades de desenvolvimento e ascensão, além da implementação de melhoria nas condições do ambiente e no clima organizacional.

No primeiro semestre de 2015, a BB Consórcios investiu na capacitação dos seus colaboradores e incentivou a realização dos exames periódicos de saúde por todos os funcionários da Administradora, contribuindo com a saúde e o bem estar no trabalho.

Durante o período, foram desenvolvidas, ainda, ações de reconhecimento, integração e promoção da qualidade de vida no trabalho, buscando significado e sentido à atividade de cada funcionário e satisfação em fazer parte da BB Consórcios, com eventos temáticos e ação de solidariedade com incentivo a doações a entidade carente.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da empresa adota políticas alinhadas às do controlador no seu processo de gestão de riscos, o que minimiza riscos incorridos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil.

O BB considera a Administradora de Consórcios nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado econômico-financeiro e realiza periodicamente a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da empresa, de forma individualizada.

CONTROLES INTERNOS

A Gerência de Controles Internos realiza ações com o objetivo de apurar a conformidade dos processos de acordo com as leis, normas e regulamentos externos e internos, além de monitorar e avaliar os controles-chaves definidos pelos gestores de processos desenvolvidos no âmbito da Administradora.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No período, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Consórcios, a não ser os relacionados à auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos aos nossos clientes e fornecedores pela confiança e credibilidade dispensada e aos nossos colaboradores pelo apoio, dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.06.2015	31.12.2014
PASSIVO CIRCULANTE	176.674	166.638
Outras Obrigações	176.674	166.638
Sociais e estatutárias	(Nota 8.a) 98.050	95.187
Fiscais e previdenciárias	(Nota 8.b) 57.897	51.415
Diversas	(Nota 8.c) 20.727	20.036
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.522	164.162
Capital	98.539	98.539
De domiciliados no país	(Nota 10.a) 98.539	98.539
Reservas de Lucros	(Nota 10.b) 68.983	65.623
TOTAL DO PASSIVO	344.196	330.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	1º Sem/2015	2º Sem/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.285	15.028
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6.b) 16.285	15.028
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.285	15.028
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	138.888	136.519
Receitas de prestação de serviços	(Nota 9.a) 205.355	191.224
Despesas de pessoal	(Nota 9.b) (5.329)	(5.405)
Outras despesas administrativas	(Nota 9.c) (7.576)	(4.015)
Despesas tributárias	(Nota 11.c) (27.139)	(26.887)
Outras receitas operacionais	(Nota 9.d) 5.268	2.887
Outras despesas operacionais	(Nota 9.e) (31.691)	(21.285)
RESULTADO OPERACIONAL	155.173	151.547
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	155.173	151.547
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(53.763)	(51.280)
Provisão para imposto de renda	(38.823)	(38.638)
Provisão para contribuição social	(13.981)	(14.036)
Ativo fiscal diferido	(959)	1.394
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO	(168)	(334)
LUCRO LÍQUIDO	101.242	99.933
Número de ações	14.100	14.100
Lucro por ação (R\$)	7.180,30	7.087,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Capital	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 30.06.2014	98.539	11.351	49.275	--	159.165
Lucro líquido do período	--	--	--	99.933	99.933
Destinações: - Reservas	--	4.997	--	(4.997)	--
- Dividendos (R\$ 6.733,04 por ação)	--	--	--	(94.936)	(94.936)
Saldos em 31.12.2014	98.539	16.348	49.275	--	164.162
Mutações do período	--	4.997	--	--	4.997
Saldos em 31.12.2014	98.539	16.348	49.275	--	164.162
Lucro líquido do período	--	--	--	101.242	101.242
Destinações: - Reservas	--	3.360	--	(3.360)	--
- Dividendos (R\$ 6.942,01 por ação)	--	--	--	(97.882)	(97.882)
Saldos em 30.06.2015	98.539	19.708	49.275	--	167.522
Mutações do período	--	3.360	--	--	3.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

ATIVO	30.06.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	4.789.858	4.355.217
Disponibilidades	3.053	496
Aplicações Interfinanceiras	2.106.512	1.796.325
Outros Créditos	2.680.293	2.558.396
Direitos junto a consorciados contemplados	2.680.293	2.558.396
Normais	2.662.138	2.536.776
Em atraso	18.072	21.424
Em cobrança judicial	88	196
COMPENSAÇÃO	16.331.461	15.345.858
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	203.880	187.700
Contribuições devidas ao grupo	8.484.178	7.974.156
Consortiados - bens a contemplar	7.643.403	7.184.002
TOTAL DO ATIVO	21.121.319	19.701.075

PASSIVO	30.06.2015	31.12.2014
PASSIVO CIRCULANTE	4.789.858	4.355.217
Outras Obrigações	4.789.858	4.355.217
Obrigações com consorciados	2.032.111	1.952.762
Valores a repassar	47.989	10.868
Obrigações por contemplações a entregar	1.768.096	1.518.893
Recursos a devolver a consorciados	602.622	505.911
Recursos do grupo	339.040	366.783
COMPENSAÇÃO	16.331.461	15.345.858
Recursos mensais a receber de consorciados	203.880	187.700
Obrigações do grupo por contribuições	8.484.178	7.974.156
Bens ou serviços a contemplar	7.643.403	7.184.002
TOTAL DO PASSIVO	21.121.319	19.701.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA

	1º Sem/2015	2º Sem/2014
DISPONIBILIDADES (início do período)	1.796.821	1.539.164
Depósitos bancários	496	1.077
Aplicações financeiras do grupo	277.433	231.539
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.518.892	1.306.548
(+) RECURSOS COLETADOS	2.153.403	1.969.235
Contribuições para aquisição de bens	1.657.582	1.567.656
Taxa de administração	202.783	182.314
Contribuições ao fundo de reserva	58.463	55.940
Rendimentos de aplicações financeiras	91.705	72.067
Multas e juros moratórios	6.100	4.683
Prêmios de seguro	19.083	20.671
Custas judiciais	88	45
Custas judiciais	5.479	5.733
Outros	112.120	60.126
(-) RECURSOS UTILIZADOS	1.840.659	1.711.578
Aquisição de bens	1.416.155	1.383.815
Taxa de administração	202.296	188.881
Multas e juros moratórios	3.046	2.342
Prêmios de seguro	10.427	22.797
Custas judiciais	188	184
Devolução a consorciados desligados	36.625	14.506
Despesas de registro de contrato	5.600	5.707
Outros	159.622	93.346
DISPONIBILIDADES (final do período)	2.109.565	1.796.821
Depósitos bancários	3.053	496
Aplicações financeiras do grupo	338.416	277.433
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	1.768.096	1.518.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1 - ADMINISTRADORA

1 - A BB CONSÓRCIOS E SUAS OPERAÇÕES

A BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 12 de dezembro de 2003 e sua sede está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 2, bloco E, 5º andar, Edifício Prime Business, Asa Sul, Brasília-DF. Tem por objeto a administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens ou conjunto de bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes - incluindo pessoas físicas de baixa renda e microempresários - e a prática de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às administradoras de consórcios. O primeiro grupo de consórcio foi formado em abril de 2004.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para a atividade de consórcio.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Consórcios, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11.08.2015.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2015

correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

As taxas de administração dos grupos de consórcios são escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, quando é apropriada como receita (conforme Circular Bacen n.º 2.381/1993).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em mercado aberto, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001 (Nota 6):

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB Consórcios tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de instrumentos financeiros similares ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de metodologias de apuração de valor presente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos são constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado. A BB Consórcios não possui saldo de provisão para outros créditos em 30.06.2015.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	7,6%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A BB Consórcios avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Consórcios estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Consórcios elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Circular CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 14.b) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 14.c), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios é o Real (R\$).

j) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Consórcios adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Disponibilidades	120	104
Total	120	104

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Correspondem a aplicações financeiras efetuadas junto ao Banco do Brasil S.A. em operações compromissadas, lastreadas por LFT, com taxa de remuneração de mercado.

a) Composição

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras financeiras do tesouro	288.369	292.720
Total	288.369	292.720

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	14.747	13.568
Total	14.747	13.568

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

	30.06.2015				31.12.2014			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
1 - Títulos para negociação	9.392	--	9.392	9.392	10.450	10.450	10.450	10.450
Títulos privados	9.392	--	9.392	9.392	10.450	10.450	10.450	10.450
Cotas de fundos de investimentos	9.392	--	9.392	9.392	10.450	10.450	10.450	10.450
2 - Títulos disponíveis para venda	--	17.865	17.865	17.865	16.877	16.877	16.877	16.877
Títulos privados	--	17.865	17.865	17.865	16.877	16.877	16.877	16.877
CDB - Instituição financeira ligada	--	17.865	17.865	17.865	16.877	16.877	16.877	16.877
Total	9.392	17.865	27.257	27.257	27.327	27.327	27.327	27.327

	30.06.2015			31.12.2014		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por carteira	9.392	17.865	27.257	10.450	16.877	27.327
Carteira própria	9.392	17.865	27.257	10.450	16.877	27.327

	30.06.2015		31.12.2014	
Por categoria	27.257	100%	27.327	100%
1 - Títulos para negociação	9.392	34%	10.450	38%
2 - Títulos disponíveis para venda	17.865	66%	16.877	62%

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	14.747	13.568
Rendas de títulos de renda fixa	988	881
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	550	579
Total	16.285	15.028

c) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Em 30.06.2015 e 31.12.2014 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos Específicos

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Valores pendentes de recebimento - cobrança judicial	826	733
Outros	54	54
Total	880	787

b) Diversos

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Impostos e contribuições a compensar	22.495	3.524
Títulos e créditos a receber	1.448	1.454
Devedores diversos - País ⁽¹⁾	1.253	1.340
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 11.d)	1.186	2.145
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14.d)	1.154	1.363
Total	27.536	9.826

(1) Inclui o montante de R\$ 1.118 mil (R\$ 1.290 mil em 31.12.2014) referente a adiantamentos para encerramento de grupos de consórcios.

8 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Dividendos e bonificações a pagar	97.882	94.936
Gratificações e participações a pagar	168	251
Total	98.050	95.187

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	52.804	--
Impostos e contribuições a recolher	5.083	4.486
Provisão para riscos fiscais (Nota 14.b)	10	2
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	--	46.927
Total	57.897	51.415

c) Diversas

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Obrigações por recursos de consórcios - grupos encerrados ⁽¹⁾	8.162	9.227
Valores a pagar a sociedades ligadas	6.989	2.498
Provisão para demandas cíveis (Nota 14.b)	3.457	3.306
Credores diversos - País ⁽²⁾	2.098	2.005
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽³⁾	21	3.000
Total	20.727	20.036

(1) Refere-se a valores devidos a consorciados ainda pendentes de pagamento.

(2) Valores relativos a grupos encerrados - recursos não distribuídos.

(3) Refere-se à provisão de eventos de premiação - sinergia 2014.

9 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Taxa de administração de consórcios	200.141	186.656
Multa e juros recebidos	3.061	2.342
Taxa de cessão	2.153	2.226
Total	205.355	191.224

b) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Proventos	(2.622)	(2.752)
Encargos sociais	(1.531)	(1.548)
Honorários	(545)	(592)
Benefícios	(393)	(398)
Treinamento	(238)	(115)
Total	(5.329)	(5.405)

c) Outras Despesas Administrativas

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Processamento de dados	(3.067)	(2.235)
Promoções e relações públicas	(2.995)	(126)
Comunicações	(602)	(651)
Aluguéis	(309)	(308)
Serviços de terceiros	(83)	(15)
Viagem	(54)	(30)
Publicações	(37)	(26)
Água, energia e gás	(21)	(14)
Material de expediente	(10)	(13)
Contribuições filantrópicas	--	(340)
Outras	(398)	(257)
Total	(7.576)	(4.015)

d) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Reversão - Custos Administrativos	2.979	--
Taxa de permanência	1.671	2.186
Reversão/Baixa de passivos contingentes (Nota 14.b)	535	477
Variação monetária ativa	49	48
Recuperação de encargos e despesas	34	176
Total	5.268	2.887

f) Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Ressarcimento de encargos e despesas ao Banco do Brasil	(20.798)	(1.545)
Remuneração aos parceiros comerciais	(3.505)	(7.277)
Taxas e tarifas bancárias	(2.517)	(1.913)
Variações monetárias passivas	(1.674)	(1.281)
Manutenção e desenvolvimento de sistema	(902)	(580)
Passivos contingentes (Nota 14.b)	(694)	(1.578)
Banco do Brasil - suporte operacional	(466)	(2.488)
Despesas com demandas judiciais	(449)	(1.123)
Atualização dos recursos dos consorciados	(441)	(466)
Custos indiretos contadoria/Direção Geral	(115)	--
Evento de premiação - Sinergia 2014	--	(3.000)
Outras	(130)	(34)
Total	(31.691)	(21.285)

10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 98.539 mil (R\$ 98.539 mil em 31.12.2014), totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 14.100 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 167.522 mil (R\$ 164.162 mil em 31.12.2014) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 11.880,99 por ação (R\$ 11.642,70 em 31.12.2014).

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Reservas de Lucros		
Reserva legal	19.708	16.348
Reservas estatutárias	49.275	49.275
Total	68.983	65.623

BB Administradora de Consórcios S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília-DF - CNPJ 06.043.050/0001-32

Semestre encerrado em 30.06.2015

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Ativos		
Disponibilidades (Nota 4)	120	104
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	288.369	292.720
Títulos e valores mobiliários - CDB - Instituição financeira ligada (Nota 6.a)	17.865	16.877
Passivos		
Outras obrigações - sociais e estatutárias - dividendos (Nota 8.a)	97.882	94.936
Valores a pagar a sociedade ligadas (Nota 8.c)	6.989	2.498

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Resultado		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	14.747	13.568
Rendas de títulos de renda fixa (Nota 6.b)	988	881
Outras receitas operacionais	5	--
Ressarcimento de encargos e despesas do BB (Nota 9.e)	(20.798)	(1.545)
Outras despesas operacionais (Nota 9.e) ⁽¹⁾	(7.390)	(12.258)
Despesas de pessoal	(5.114)	(5.405)
Despesas administrativas diversas ⁽²⁾	(3.454)	(3.428)
Variações monetárias passivas (Nota 9.e)	(1.674)	(1.281)

(1) Refere-se às transações de despesas de remuneração aos parceiros comerciais, taxas e tarifas bancárias, manutenção e desenvolvimento de sistema e suporte operacional - Banco do Brasil.
(2) Inclui como transações mais significativas as despesas de processamento de dados (R\$ 2.140 mil) e comunicações - postais (R\$ 575 mil).

13 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em 25.10.2011, foi assinado convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil S.A. para a BB Consórcios, para o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus. O Banco do Brasil S.A. continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela subsidiária de todos os custos decorrentes.

	30.06.2015	31.12.2014
Número de Funcionários Cedidos pelo Banco do Brasil	37	37
Maior Salário (em R\$)	37.630,10	33.154,28
Menor Salário (em R\$)	6.492,19	6.492,19
Salário Médio (em R\$)	11.645,97	11.359,96

14 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Fiscais

Ações fiscais que tramitam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais referente à cobrança de IPVA.

Ações Cíveis

As ações movidas contra a BB Consórcios têm objeto em pedidos de indenização com base em alegações de danos fundamentados no Código de Defesa do Consumidor, bem como em pedidos de revisão de cláusulas contratuais e repetição de indébito. Essas ações, em sua maioria, foram ajuizadas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	1º Sem/2015	2º Sem/2014
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	2	5
Constituição	8	--
Reversão da provisão	--	--
Baixa por pagamento	--	(3)
Saldo Final	10	2
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	3.306	2.202
Constituição	686	1.578
Reversão da provisão	(535)	(414)
Baixa por pagamento	--	(60)
Saldo final	3.457	3.306
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	3.467	3.308

Cronograma esperado de desembolso

	R\$ mil	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	5	2.815
De 5 a 10 anos	4	627
Acima de 10 anos	1	15
Total	10	3.457

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Administradora de Consórcios S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Administradora de Consórcios S.A. ("BB Consórcios"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2015 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da BB Consórcios é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Consórcios para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Consórcios. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2015 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 11 de agosto de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4



Diretoria

Presidente

Alexandre Luis dos Santos

Diretor Executivo

João Marques do Vale
Paulo Ivan Rabelo

Conselho de Administração

Edmar José Casalatina (Presidente)
Simão Luiz Kovalski (Vice-Presidente)
José Carlos Reis da Silva
Ian Ramalho Guerreiro

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tomam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Demandas Cíveis	1.080	889
Total	1.080	889

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências prováveis, possíveis e/ou remotas:

	R\$ mil	
	30.06.2015	31.12.2014
Demandas Cíveis	1.154	1.363
Total	1.154	1.363

15 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Lei n.º 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais tratarão do alinhamento das normas contábeis brasileiras às normas internacionais.

A lei foi regulamentada pela Receita Federal do Brasil por meio de suas Instruções Normativas n.º 1.515/2014 e 1.520/2014. De acordo com estudos realizados, não haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da BB Consórcios. A adoção dos dispositivos da norma foi observada a partir de 1º de janeiro de 2015.

II - GRUPOS DE CONSÓRCIO

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A BB Consórcios obteve autorização para formar e administrar grupos de consórcio em 19.02.2004, conforme publicado no Diário Oficial da União de 25.02.2004.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo de reserva e fundo comum de cada grupo. As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos de investimentos junto ao Banco do Brasil S.A.

b) Direitos Junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados contemplados.

c) Provisão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados, Contribuições Devidas ao Grupo e Bens a Contemplar

São calculados com base no preço do bem vigente no último dia de cada mês.

d) Obrigações com Consorciados

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

e) Valores a Repassar

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento, a título de Taxa de Administração e Seguros.

f) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os recursos de consorciados contemplados destinados à aquisição de bens/serviços.

g) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

h) Recursos do Grupo

Representam os valores líquidos dos recursos de Fundo de Reserva.

3 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS GRUPOS

	30.06.2015	31.12.2014
Quantidade de consorciados ativos	614.781	565.051
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	214.450	194.405
Quantidade de bens pendentes de entrega	57.492	51.769
Quantidade de bens entregues no período	45.976	43.916
Quantidade de inadimplentes contemplados	17.399	14.330
Quantidade de grupos administrados	559	551
Taxa de administração média ponderada	13,24%	12,92%
Taxa de inadimplentes média ponderada de consorciados contemplados	2,83%	2,54%

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Banco do Brasil optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3.198/2004, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entre elas a BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios).

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente.

Os administradores da BB Consórcios são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Consórcios está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

AKPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Comitê de Auditoria e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

Principais Atividades

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, a administração e, também, com executivos do Banco das áreas que prestam serviços à BB Consórcios, tais como: controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança, jurídica, governança e finanças.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, governança corporativa, soluções tecnológicas e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e independente, oportunidades em que apreciou os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou o relatório da administração, as demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seu relatório.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;
- a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- as demonstrações contábeis do semestre findo em 30/06/2015 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da BB Consórcios naquela data.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2015.

Egídio Otmar Ames

Antônio Carlos Correia

Elvio Lima Gaspar

Conselho Fiscal

Leopoldo Araujo Rodrigues (Presidente)
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Marco Antonio Ascoli Mastroeni

Comitê de Auditoria

Egídio Otmar Ames
Antônio Carlos Correia
Elvio Lima Gaspar

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87